



O ministro da Fazenda, Pedro Malan: viagem marcada para Nova Iorque, neste domingo, após assinatura da carta de intenções com o FMI

Brasil assina hoje acordo com FMI

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – O governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional assinam hoje a carta de intenções que sela dois acordos, nas modalidades *stand by* e *supplemental reserve facility*, que representarão financiamentos de cerca de US\$ 45 bilhões ao Brasil. Desse total, US\$ 18 bilhões, aproximadamente, virão do próprio FMI, e os US\$ 37 bilhões restantes distribuídos entre os dez países mais ricos e os bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (Bird e BID).

Assinada a carta, que será ainda submetida à direção do Fundo nos próximos dias (a reunião do *board* está marcada para o dia 20), o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverá embarcar domingo para Nova Iorque, onde fará palestra sobre economia brasileira para banqueiros e investidores. Malan segue depois para Frankfurt, na

Alemanha, e, possivelmente, a Londres ou Paris, também para participar de seminários sobre os rumos do país.

Fim da novela – Concluídas as negociações externas, encerra-se um capítulo da crise financeira internacional, que abalou as reservas cambiais brasileiras, provocou enormes tensões nos mercados e levou o governo Fernando Henrique Cardoso a buscar socorro na comunidade financeira internacional. Foram três meses de intensas conversas com o FMI (e seu maior acionista, o governo americano), com quem o país não buscava acordos formais de monitoramento da economia brasileira desde a tentativa mal-sucedida do então ministro da Fazenda, Marcílio Marques Moreira, durante o governo Collor de Mello. Durante os próximos três anos, o governo terá que prestar contas ao FMI da sua política econômica, seja do lado fiscal – que é a parte mais visível do acordo

–, seja das outras metas preconizadas no memorando de entendimentos, que envolvem as políticas monetária e de balanço de pagamentos. Será muito difícil o governo fugir, no futuro, de uma discussão sobre os rumos da política cambial.

Regras do jogo – Para ter acesso ao *supplemental reserve facility* (SRF), o país têm que ter um acordo *stand-by*. O Brasil será o terceiro caso de uso desse financiamento suplementar, criado para atender à Coreia no ano passado e, depois, utilizado também na Rússia pelo FMI. Esse tipo de empréstimo, que deverá representar cerca de US\$ 9 bilhões (sendo os outros US\$ 9 bilhões provenientes do acordo *stand-by*) é de rápido desembolso – em geral, em duas vezes, sendo a primeira liberada tão logo o acordo é avalizado pela direção do Fundo. Seu custo também é mais caro do que as taxas usuais do FMI. O pagamento é de no máximo um ano e meio e, no

primeiro ano, o Fundo cobra 300 pontos base acima de seu juros, que é superior a 4% ao ano. Encerrados os doze meses iniciais, são acrescidos 50 pontos base a cada seis meses, até o patamar máximo de 500 pontos.

Já os recursos do grupo dos dez países mais ricos deverão ser repassados para o Banco de Compensações Internacionais (BIS, com sede na Basileia, Suíça) e, em princípio, esse dinheiro só seria sacado em caso de necessidade, para financiar as contas externas.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), acredita que esse pacote de negociações do Brasil com o FMI, Bird, BID e países ricos deve passar pelo crivo do Senado, que autoriza ou não acordos de endividamento externo. Técnicos do governo argumentam, contudo, que o Brasil é um país-membro do FMI e, portanto, a autorização do Senado não é necessária.